

Governança multilateral e a *Global Reporting Initiative*: o envolvimento das maiores e melhores empresas

Lilian Aligleri <lilian.aligleri@sercomtel.com.br>

Rafael Borim de Souza <rafaborim@yahoo.com>

*Resumo: As preocupações com o meio ambiente, em virtude dos impactos já sentidos pelo homem, assumem proporções cada vez maiores. Entretanto, os Estados Nacionais tem contribuído pouco e a crise passa a ser entendida como uma problemática a ser solucionada por uma gestão coletiva. Diferentes atores privados vêm criando normas de conduta internacionais a serem aplicadas por corporações. Dessa forma, esse artigo teve como objetivo analisar o envolvimento das maiores e melhores empresas brasileiras, no ano de 2007, com a *Global Reporting Initiative* (GRI). Para tanto foi realizada uma pesquisa de natureza básica. A abordagem do problema aconteceu de maneira qualitativa. Os objetivos foram analisados pela compreensão exploratório-descritiva. Em relação aos procedimentos técnicos classificou-se como bibliográfica e documental, e, também caracterizada como um estudo de casos múltiplos, porém como questão de investigação e não como método de pesquisa. Constatou-se que dentre as 36 empresas pesquisadas, 13 publicam relatórios socioambientais, sendo que 8 utilizam modelo GRI para orientar a elaboração. Dessa forma conclui-se que há indícios de princípios de governança multilateral, pois as empresas reconhecem a GRI como um padrão importante.*

Palavras-chave: Governança Multilateral; Global Reporting Initiative; Responsabilidade Social.

1. Introdução

Os regimes internacionais tradicionais e os Estados soberanos parecem ser insuficientes para lidar com as questões socioambientais contemporâneas. O uso demasiado dos recursos naturais atrelado a um sistema de produção mundial pouco comprometido com as externalidades¹ negativas tem ampliado os problemas ambientais e seus efeitos adversos. Assim, neste início de século, as preocupações com o meio ambiente, em virtude dos impactos já sentidos pelo homem, assumem proporções cada vez maiores (SACHS, 2007).

Paralelamente, a erosão do vínculo de lealdade entre cidadãos e os Estados impõe uma fragilidade política e institucional. Isso faz com que os temas socioambientais, embora fortalecidos no discurso, sejam fracassados na sua implementação, reforçando a decepção por parte da sociedade civil organizada (BARRROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004).

Tal crise torna temas como aquecimento global, poluição e desmatamento presentes no cotidiano de diversas organizações. Fato esse que induz diferentes atores privados, sem personalidade jurídica internacional, a influenciar na elaboração e aplicação de normas ambientais globais.

Emerge um novo processo de gestão do meio ambiente no qual agentes transnacionais como redes de empresas, organizações não-governamentais e comunidades epistêmicas,

também denominados atores privados, tem criado normas de conduta internacional (BARRROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004). Um exemplo é a atuação da *Global Reporting Initiative*, organização global e independente com sede em Amsterdã, que instituiu um conjunto de indicadores e um modelo de relatório socioambiental para ser adotado pelas empresas de diferentes partes do mundo.

Esse contexto tem ampliado a discussão sobre governança global do meio ambiente como forma de responder aos desafios atuais. Posições filosóficas, políticas e científicas debatem conceitos como sociedade internacional, governança sem governo, governança mundial e nova ordem mundial.

Parece que a tendência mundial é um processo de gestão inclusiva através de parcerias entre instituições de natureza estatal e não-estatal. São esses novos arranjos formais e informais que constroem e impõem o administrador de empresas a readequar a gestão respondendo a limites legais e novos padrões éticos de desempenho.

As empresas, percebidas historicamente como poluidoras e desbravadoras do ambiente natural, necessitam resgatar sua legitimidade e reverter a imagem de vilãs dos problemas ambientais. Logo, vislumbra-se a necessidade de um novo agir organizacional preocupado em atender os proprietários e o governo, mas também interessado em deter apoio e reconhecimento da sociedade civil global (SOUZA, ALIGLERI e OZAWA, 2007).

A resposta positiva de muitas empresas a essa nova configuração de poder vem através do discurso da responsabilidade social. Está cada vez mais presente entre as empresas a adoção de posturas pró-ativas e a implementação de ações e políticas mais comprometidas com os impactos socioambientais da operação (VEIGA, 2007).

Agenda 21, Princípios do *Global Compact*, Carta da Terra, *Global Reporting Initiative - GRI*, Princípios do Equador e *Forest Stewardship Council -FSC*, criadas por diferentes organizações da sociedade civil organizada, tem sido indutores e legitimadores de nova postura empresarial mais responsável e sustentável com o planeta.

Dessa forma, a pergunta que se propõe é: Será que as maiores e melhores empresas brasileiras vêm referendando essas novas iniciativas globais ambientais que embora públicas não foram definidas pelos Estados ?

O artigo está dividido em cinco seções: introdução, metodologia, referencial teórico, análise dos dados, e considerações finais.

2. Metodologia

De acordo com Gil (2002) foi realizada uma pesquisa de natureza básica. A abordagem do problema aconteceu de maneira qualitativa. Os objetivos foram analisados pela compreensão exploratório-descritiva. Em relação aos procedimentos técnicos classificou-se como bibliográfica e documental, e, também caracterizada como um estudo de casos múltiplos, porém como questão de investigação e não como método de pesquisa.

A pesquisa analisou o envolvimento das maiores e melhores empresas brasileiras, no ano de 2007, com a *Global Reporting Initiative (GRI)*. Optou-se por estudar as 18 maiores e as 18 melhores empresas brasileiras uma vez que as mesmas são consideradas organizações de referencial nacional e agentes relevantes para a competitividade do país, além do respectivo impacto socioambiental gerado devido ao tamanho da operação.

Utilizou-se como critério de seleção das empresas o guia publicado pela Revista Exame - Exame Maiores e Melhores 2007 uma vez que trata-se de uma publicação de

reconhecimento e credibilidade no âmbito empresarial e governamental. As maiores empresas foram classificadas pelo guia a partir da receita de vendas. Já os critérios utilizados para classificar as melhores empresas brasileiras por setor da economia foram: crescimento das vendas, investimento na empresa, participação de vendas no mercado, liquidez corrente, rentabilidade do patrimônio, riqueza por empregados, indicação de empresa modelo no Guia Exame de Sustentabilidade e nas 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar.

QUADRO 1 – Maiores e Melhores Empresas Brasileiras em 2007

Maiores Empresas Brasileiras	Melhores Empresas Brasileiras (por setor da economia)
1. Petrobrás (energia) 2. BR Distribuidora (atacado) 3. Volkswagen (auto-indústria) 4. AmBev (bens de consumo) 5. Vale (mineração) 6. Ipiranga (atacado) 7. Fiat (auto-indústria) 8. General Motors (auto-indústria) 9. Telefonica (telecomunicações) 10. Oi/Telemar (telecomunicações) 11. Shell (atacado) 12. Vivo (telecomunicações) 13. Braskem (química e petroquímica) 14. Bunge Alimentos (bens de consumo) 15. Brasil Telecom (comunicações) 16. Ford (auto-indústria) 17. Casas Bahia (varejo) 18. Pão de Açúcar (varejo)	1. Cisa Tranding (atacado) 2. Fiat (auto-industrial) 3. Weg Equipamentos (bens de capital) 4. Natura (bens de consumo) 5. Placibras (eletroeletrônico) 6. AES Tietê (energia) 7. AstraZeneca (farmacêutica) 8. Engeviz (indústria da construção) 9. Semp Toshiba Informática (indústria digital) 10. CBMM (mineração) 11. Suzano (papel e celulose) 12. Carbocloro (química e petroquímica) 13. Visanet (serviços) 14. CSN (siderúrgica e metalúrgica) 15. Oi/Telemar (telecomunicações) 16. Lupo (têxteis) 17. Protege (transporte) 18. Lojas Americanas (varejo)

Fonte: Revista Exame – Guia Maiores e Melhores

As informações sobre o envolvimento e o compromisso formal das empresas com os princípios da *Global Reporting Initiative* foram extraídos, respectivamente, do banco de dados do *CorporateRegister.com*ⁱⁱ e *Global Reporting Initiative*ⁱⁱⁱ, disponíveis na internet em dezembro de 2008. Desta forma, a pesquisa envolveu uma investigação documental, com dados secundários. Considerou-se esses sites uma vez que são fontes oficiais dessas instituições. Os dados foram analisados considerando os dois grupos de referência.

3. Referencial teórico

3.1 Gestão coletiva da crise ambiental

O espaço físico sofre interferências prejudiciais de uma esfera socialmente construída, dentro da qual o crescimento econômico tem sido ininterrupto à custa da exaustão de recursos naturais. Problemas e riscos advindos desse comportamento humano são globais e, portanto, perpassam as fronteiras territoriais dos Estados Nacionais. Isso integra duas áreas temáticas: meio ambiente e relações internacionais.

Entretanto, historicamente questões ambientais estavam circunscritas as fronteiras territoriais dos Estados (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004) ou acordos realizados entre eles. Muitas vezes implicando num “mini-lateralismo” (BARROS-PLATIAU, 2007).

... há uma incongruência entre os problemas que se originam da natureza interconexa do ecossistema global e as soluções que são buscadas dentro do quadro de um sistema geopolítico baseado no Estado (ELLIOTT apud BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004, p. 127).

As primeiras organizações internacionais diretamente ligadas a questões ambientais também exibiram uma centralização do poder ou tentaram instituir um governo mundial para o tema esquecendo-se das particularidades dos impactos ambientais, dos interesses e poder dos diversos agentes envolvidos.

Isso gerou na perspectiva de Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004, p. 104) uma crise “global no ambiente do problema e da gestão”. Dessa forma, na opinião dos autores, as organizações internacionais ligadas a temas ambientais, em especial a ONU (Organização das Nações Unidas), falharam devido a sua fragilidade. Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004, p. 123) ainda afirmam que “os tratados multilaterais ambientais quando em conflito com o direito da OMC (Organização Mundial do Comércio) dificilmente terão eficácia”.

Logo, um arranjo interestatal tem contribuído pouco e a crise passa a ser entendida como uma problemática a ser solucionada por uma gestão coletiva. Emerge uma tendência mundial de parcerias entre autoridades públicas e privadas.

... as ONGs e as comunidades científicas foram estabelecidas principalmente pela falta de capacidade do Estado de agir no quadro analítico do interesse nacional e soberano, atestando a necessidade de novos arranjos institucionais mais flexíveis, que englobariam atores internacionais emergentes (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004, p. 115).

A interdependência entre Estados Nacionais, empresas transnacionais e ONGs compõe diferentes conflitos, negociações e articulações. O que implica em repensar os modos de representação e participação política (GOULART e GOMES, 2008).

Uma nova ordem mundial começa a ser construída de baixo para cima engendrando arranjos^{iv} institucionais formais e informais e novas configurações de poder (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004; GOULART e GOMES, 2008). Esse modelo que se instala leva a um processo de cooperação e acomodação entre interesses diversos e conflituosos levando a racionalidades múltiplas.

Surgem, então, três perspectivas analíticas do tema: governança global, regimes internacionais e as abordagens organizacionais. O intuito destes tópicos discursivos é evidenciar os princípios legitimadores de uma gestão coletiva da crise ambiental, pois, tais abordagens representam, de fato, o movimento da cooperação internacional rumo a uma possível governança mundial (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004).

Segundo Goulart e Gomes (2008) governança é um fenômeno amplo de governo que abrange instituições governamentais, mas também mecanismos de caráter não governamental fora dos processos decisórios e das agendas oficiais. Barros-Platiau (2007, p.7) complementa afirmando que “existem atores e forças com potencial para agir e outros apenas com interesses para agir”. Nesse sentido, uma questão complexa é a legitimidade de ONGs internacionais como representantes da sociedade civil.

Primeiro porque a sociedade civil global não tem dever de reserva e não sofre controle algum (...). Segundo, seus representantes se autodesignam sem que a questão de sua legitimidade seja abordada. Terceiro, as ONGs, por exemplo, podem espionar livremente e interceptar documentos que ainda nem foram publicados, desviando os mecanismos clássicos de tomada de decisão. Enfim, não se deve ignorar o poder de *lobbying* desses atores (BARROS-PLATIAU, 2004, p.5).

Entretanto, não pode ser desprezado o fato que nos últimos anos os atores privados vêm criando normas de conduta internacionais a serem aplicadas por corporações ou Estados, propondo ações para completar convenções internacionais.

3.2 Global Reporting Initiative: nova ordem de baixo para cima

A *Global Reporting Initiative* foi criada em 1997 como um projeto do CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e sua sede é em Amsterdam. Hoje é uma organização independente e global que conta com a colaboração de especialistas de vários países de todo o mundo e possui uma estrutura de governança *multistakeholder* proveniente de empresas, organizações não-governamentais, trabalhadores consultores, governos, universidades, institutos de pesquisa e associações empresariais.

A missão da GRI é desenvolver e disseminar as “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade” para aplicação em nível global. A instituição acredita que para dar suporte à expectativa de comunicar de forma clara e transparente as ações realizadas pelas organizações é necessário compartilhar, globalmente, uma estrutura de conceitos, uma linguagem coerente e uma métrica (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Dessa forma, propõe-se a fornecer uma estrutura para a produção de relatórios que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades.

Se as milhares que voluntariamente divulgam seus impactos de sustentabilidade não recorressem a uma estrutura e relatório geralmente aceita, elas se arriscariam a produzir relatórios não comparáveis e/ou relatórios que abordam inadequadamente o leque de interesse dos *stakeholders*. Uma estrutura de relatório geralmente aceita também simplifica a preparação e avaliação do relatório, ajudando tanto relatores como usuários a se beneficiarem dos relatórios de sustentabilidade (GRI, 2002).

A estrutura de relatório de sustentabilidade GRI é desenvolvida e continuamente melhorada, consistindo em três tipos de conteúdo:

- **Perfil:** essas informações ajudam a organização a estabelecer o contexto para que os leitores compreendam as questões de sustentabilidade e sua abordagem. As informações sobre perfil incluem: estratégia e análise, perfil organizacional, parâmetros para o relatório, bem como governança, compromissos e engajamento dos *stakeholders*.
- **Forma de Gestão:** essas informações ajudam a organização a estabelecer o contexto para a compreensão de seus resultados de desempenho. As informações incluem: objetivos e desempenho, política, responsabilidade organizacional, treinamento e conscientização, monitoramento e acompanhamento, certificações e outras informações contextuais.
- **Indicadores de Desempenho:** usadas para comunicar os resultados de desempenho por categoria de sustentabilidade – econômico, ambiental e social. Os indicadores, num total de setenta e nove, são categorizados em essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais são pertinentes a maioria das organizações relatoras e de interesse para um grande número de *stakeholders*. Já os indicadores adicionais representam uma prática emergente ou fornecem informações de interesse a *stakeholders* que são especificamente importantes para algumas entidades relatoras.

Conforme informações disponíveis no site da GRI, milhares de organizações, em mais de sessenta países, dos setores automotivos, empresas de serviço público, produtos de consumo, farmacêuticos, telecomunicações, transportes, energia e de substâncias químicas, além de órgãos públicos e organizações sem fins lucrativos declararam publicar relatórios que adotam as diretrizes, parcialmente ou em sua totalidade. Vários governos, assim como a

União Européia, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Fórum Econômico Mundial têm mencionado as diretrizes GRI nas comunicações com seus constituintes.

Observa-se que, na perspectiva da *Global Reporting Initiative*, a elaboração de um relatório de sustentabilidade gera para as organizações relatoras benefícios como maior comparabilidade e redução de custos em sustentabilidade, melhor gestão, fortalecimento da marca e da reputação, diferenciação no mercado, proteção contra desgaste da marca resultante das ações de fornecedores ou da concorrência, bom relacionamento e comunicação. Além disso, o custo para a organização relatora é menor, pois caso a empresa opte por desenvolver uma estrutura de relatório própria, arcará com todas as despesas incorridas em caráter individual. Já para os públicos interessados no relatório, torna-se uma ferramenta útil de padrão de referência, uma ferramenta de governança corporativa e uma via de diálogo de longo prazo com as organizações relatoras (GRI, 2002).

3.3 A perspectiva institucional e os novos arranjos

Como exemplo de interferências destes atores nas diferentes redes de relacionamento em âmbito global cita-se a adesão das empresas de diferentes partes do mundo aos princípios de responsabilidade social corporativa. O comportamento socialmente responsável busca uma nova relação entre o meio ambiente e desenvolvimento, fortalecendo entre diferentes agentes sociais a discussão sobre a necessidade de mudanças nas formas de produção e consumo.

Estrategicamente um número cada vez maior de empresas tem percebido que o meio ambiente e a competitividade não são antagonicos. Porter e Linder (1999) chegam a afirmar que a melhoria ambiental em uma organização é capaz de beneficiar a produtividade dos recursos e dos processos. Argumentam ainda que a economia de materiais resultantes do processo mais limpo, da substituição, da reutilização ou da reciclagem dos insumos da produção é visto como um ganho econômico para a empresa. Para os autores, a economia também está presente em relação aos funcionários na medida em que proporciona um ambiente de trabalho mais seguro. Desta forma, os empresários, segundo Clapp (2005), extraem um bom senso de negócios, situação que os encorajam a agir por um caminho sustentável.

Legitimidade e eficiência, portanto, não podem ser interpretados como fatores contraditórios durante uma prática gerencial, elas trabalham para equalizar os interesses dos atores, no intuito de sanar os conflitos em potencial (FERNANDEZ-ALLES; VALLE CABRERA, 2006).

Tais movimentações organizacionais são entendidas como respostas institucionais às pressões estabelecidas pelo meio. O ambiente interage com a empresa por constante feedback, do qual fluem as prerrogativas para a adoção de um determinado comportamento, seja ele inovador ou isomórfico para com as demais empresas do setor.

Muitas empresas, no intuito de legitimarem sua presença junto ao mercado, através da manutenção e aumento de seu *market-share* promovem mecanismos institucionais capazes de responder inteiramente, ou ao menos em parte, determinados anseios da sociedade. Pressões técnicas e institucionais permitem as empresas procurarem por mais eficiência, e, também, legitimação, por assim promover a identificação e satisfação das expectativas sociais. Tal fato reflete a transferência de valores contextuais, cerimoniais e simbólicos à estruturação, estratégias e práticas de uma organização.

Emerge, então, o conceito de gerenciamento simbólico, inerente aos preceitos de responsabilidade social, confiança, desempenho e ética. Logo, maior a conscientização organizacional sobre a importância de deter apoio social (FERNANDEZ-ALLES; VALLE CABRERA, 2006).

Assim, segundo os mesmos autores, as vantagens competitivas são obtidas não apenas por meio de diferenciações, heterogeneidade, e mudanças. Mas, também, pela contribuição do capital social, tolerâncias para com as pressões institucionais que legitimam os agentes e processos, e permitem os suprimentos de recursos e incremento de posições competitivas.

Dessa maneira, a necessidade de uma governança multilateral global como uma resposta institucional a crise do meio ambiente, permite que diferentes organizações estabeleçam diversos caminhos possíveis. Por conseguinte toda e qualquer discussão capaz de envolver a proposição de uma governança multilateral global exigirá nível elevado de normatividade. Além dessa, torna-se também imprescindível a existência de democratização, legitimidade, comunicação aberta e reflexividade coletiva para a sua efetividade.

4. Análise dos Dados

Os dados foram analisados a partir de uma interpretação institucional (FERNANDEZ-ALLES e VALLE-CABRERA, 2006; MENDONÇA; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2002).

4.1 O envolvimento das maiores empresas brasileiras

Dentre as 18 maiores empresas brasileiras estudadas observou-se que nove delas não aparecem listadas no banco de dados da CorporateRegister.com como empresas que publicam relatórios anuais de responsabilidade social corporativa (BR Distribuidora, Volkswagen do Brasil, Ipiranga, Fiat Brasil, General Motors, Oi-Telemar, Ford Brasil, Casas Bahia e Pão de Açúcar). Isso indica que embora o tema venha sendo amplamente debatido na academia e na mídia e tenha sido foco de posicionamento estratégico de diversas organizações, em especial à transparência dos resultados e da prestação de contas dos impactos e posturas socioambientais, parece ser incipiente entre as maiores empresas brasileiras.

A análise dos dados também levanta questionamentos sobre o envolvimento de setores específicos da economia. Dentre as dezoito maiores empresas analisadas, quatro delas são representantes da indústria automobilística (Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford) e subsidiárias de organizações transnacionais. Entretanto, nenhuma publicou no Brasil relatório de sustentabilidade.

Parece haver entre as empresas desse setor uma transferência de comportamento contextual marcada pelo nivelamento de ação e isomorfismo^v. Nesse sentido, Fernandez-Alles e Valle-Cabrera (2006) afirmam que o ambiente institucional é fator limitante do agir organizacional. Futuras pesquisas tornam-se necessárias para entender melhor as políticas e estratégias de envolvimento dos setores e das transnacionais.

Já entre as nove empresas que publicaram relatórios socioambientais, um total de cinco empresas vem utilizando o modelo da *Global Reporting Initiative* como referencial para a construção do seu relatório anual – ver quadro 2. Isso indica que, dentre as empresas preocupadas em relatar o seu comportamento e posicionamento socioambiental, a GRI parece ser reconhecida pelas corporações e tem servido de parâmetro para divulgação das informações num contexto global.

Além disso, quatro dentre as cinco maiores empresas que utilizaram o modelo GRI, buscaram verificação externa^{vi} para o relatório, o que pressupõe a necessidade de confiabilidade e credibilidade em relação às informações apresentadas.

QUADRO 2 – Maiores Empresas Brasileiras que Publicam Relatório Socioambiental no Modelo GRI

Companhia	Petrobras S.A.	AmBev	Cia Vale do Rio Doce	Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telefonica)	Bunge
Nome Relatório	Relatório Social e Sustentável 2007	Relatório Sustentável 2007	Relatório Sustentável 2007	Informe Anual de Responsabilidade Corporativa Grupo Telefonica no Brasil 2007	Relatório Sustentável 2008 – Edição Brasil
Tipo Relatório	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)
GRI	G3 – A+ Self Declared GRI Guidelines Register	G3 Draft GRI Guidelines Register	G3 – B+ Checked GRI Guidelines Register	G3 – A+ Third Party Checked (Web Index) GRI Guidelines Register	G3 – A+ Third Party Checked GRI Guidelines Register
Publicação	Jun/08	Out/08	Out/08	Jul/08	Jul/08
Periodicidade	Anual	Anual	Anual	Anual	Anual
Idiomas	Inglês/ Português	Inglês/ Português	Inglês/ Português	Espanhol	Português
Nº de páginas	122	45	223	42	71
Auditor	KPMG Auditores Independentes	Não tem	KPMG Assurance Services Ltda (Brasil)	Ernst & Young Serviços Corporativos S L	BSD Ltda Brazil
Consultor	Não conhecido	Editora Contadino	Report Comunicação / ERM Brasil Ltda / Accenture Brazil	Não conhecido	Report Comunicação
Designer	Tabaruba Design	Fmcom	Adroit Bernard	Idéia Visual	Mentes Design
Impressão	Ipsis Gráfica e Editora Ltda	Não conhecido	Gráficos Burti	Não conhecido	NeoBand

Fonte: os autores

4.2 O envolvimento das melhores empresas brasileiras

As melhores empresas brasileiras de cada setor da economia têm uma preocupação ainda menor em publicar relatórios de responsabilidade socioambiental. Dente as dezoito empresas estudadas um total de 14 delas, o que representa 77,7% da amostra, não publicou formalmente um relatório (CBMM, Carbocloro, Engeviz, Fiat Brasil, Lojas Americanas, Lupo, Oi-Telemar, Placibras, Protege, Semp Toshiba, Visanet, Weg Equipamentos, Cisa e CSN). Parece que o relato de atuação e envolvimento socioambiental não vem sendo considerado um fator estratégico de competitividade para obter o posicionamento de melhor empresa no setor em que opera. Esse dado reforça a necessidade de pesquisar e entender melhor como as práticas socioambientais vem sendo definidas pelas empresas e disseminadas para a sociedade e parceiros de negócio.

Dentre as quatro empresas que publicam relatórios socioambientais, três delas vem utilizando o modelo de GRI para apresentar as informações – ver quadro 3. Sendo que essas mesmas empresas também aderiram ao Global Compact.

Há tolerância dessas empresas com pressões de *stakeholders* globais que legitimam agentes e processos permitindo o incremento de posicionamento competitivo. O uso de modelos de governança multilateral global faz parte de uma estratégia de posicionamento e sustentabilidade das empresas no mercado almejando consistência e coerência no ambiente interno e externo.

Pode-se dizer que emerge o conceito de gerenciamento simbólico vinculado a uma consciência dessas organizações sobre a importância de deter apoio social global e suas estratégias de mercado (FERNANDEZ-ALLES e VALLE-CABRERA, 2006). Desta forma, contribui para o gerenciamento da imagem (MENDONÇA; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2002). É importante mencionar que essas três empresas foram reconhecidas, no ano de 2007, em prêmios de relevância nacional – Prêmio Valor Social e Guia Exame de Sustentabilidade - como empresas modelo de sustentabilidade.

QUADRO 3 – Melhores Empresas Brasileiras que Publicam Relatório Socioambiental no Modelo GRI

Companhia	Natura Cosméticos S.A.	Suzano Papel e Celulose	AES Tietê S.A.
Nome Relatório	Relatório Anual 2007	Relatório de Sustentabilidade 2007	Relatório de Sustentabilidade 2007
Tipo Relatório	“Integrado” (Financeiro e Não-financeiro)	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)	“Sustentável” (Ambiental/ Social/ Econômico)
GRI	G3 – A+ GRI Checked GRI Guidelines Register	G3 – C+ Declared GRI Guidelines Register	G3 – C Self Declared GRI Guidelines Register
Publicação	Jul/08	Jun/08	Abr/08
Periodicidade	Anual	Anual	Anual
Idiomas	Inglês/Português	Português	Inglês/Português
Nº de páginas	92	126	110
Auditor	Det Norske Veritas Ltda	Bureau Veritas Quality International (Brazil)	Não tem
Consultor	Report Comunicação	Report Comunicação	The Media Group
Designer	Modersign Design e Inovação	Laika Design	Adroit Bernard
Impressão	Margraf Editora e Indústria Gráfica Ltda	Não conhecido	Atrativa

Fonte: os autores

4.3 Uma análise geral

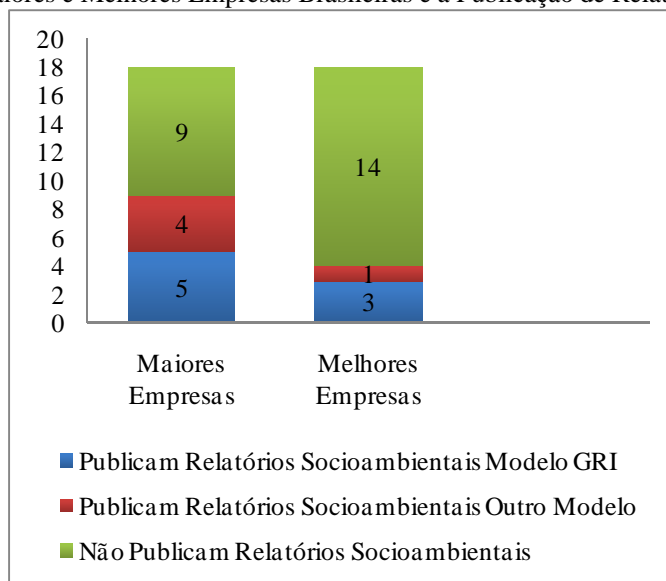
Parece que as maiores e melhores empresas brasileiras, quando optam por relatar informações socioambientais de suas operações, decidem pelo uso do modelo GRI (ver gráfico 1). Provavelmente porque é um instrumento que compartilha, globalmente, estruturas de conceitos, linguagem e uma métrica.

Além disso, a credibilidade de uma empresa e a sua legitimidade quando se fala em responsabilidade socioambiental não é construída isoladamente e pode ser influenciada pela imagem das outras organizações com as quais interagem (ALIGLERI, ALIGLERI e CÂMARA, 2002). Assim, a permeabilidade das empresas faz com que sua legitimidade enquanto socialmente responsável esteja muito próxima da aceitação alcançada por outras organizações que estão diretamente ligadas a sua atividade. O modelo GRI que vem sendo

reconhecido por diversos atores sociais como um padrão importante, portanto, contribui para a identidade positiva das empresas no mercado.

Um aspecto que merece análise e estudos futuros refere-se ao tipo e qualidade das informações solicitadas nesses relatórios. Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004) corroboram ao afirmar que enquanto alguns temas ambientais evoluíram em função de interesses dos atores envolvidos, outros não conseguiram atingir níveis de *compliance* e *enforcement*. Dessa forma, há um risco de atores da sociedade civil agirem por conta própria e não considerarem um interesse geral. Além disso, alguns estudos vêm concluindo que as empresas apresentam informações incompletas ou fora do escopo especificado nas diretrizes propostas no modelo GRI (GASPARINO, 2006; ALIGLERI et al, 2008).

GRÁFICO 1 – Maiores e Melhores Empresas Brasileiras e a Publicação de Relatório Socioambiental



Fonte: os autores

5. Considerações Finais

Esse estudo teve como objetivo analisar o envolvimento das maiores e melhores empresas brasileiras, no ano de 2007, com a *Global Reporting Initiative* (GRI). Constatou-se que dentre as 36 empresas pesquisadas, apenas 13 delas vem publicando relatórios socioambientais, o que denota pouco comprometimento em relação à prestação de contas dos impactos e políticas socioambientais adotadas.

Dentre essas, oito utilizam modelo GRI para orientar a elaboração do relatório, indicando princípios de governança multilateral ou “privatização de autoridade” (VEIGA, 2007). Inicia-se um processo de transformação ambiental e social das identidades e papéis das instituições, pois há esforços empresariais por adesões voluntárias. É importante perceber, conforme enfatizando por Barros-Platiau (2007), que a governança ambiental global é cada vez mais dependente de atores não-estatais, em especial das ONG’s, uma vez que são figuras centrais no debate sobre as novas configurações de poder emergentes de novos arranjos institucionais. Todavia a mesma autora destaque que “o papel desses atores é muito mais de criação de valores de consenso do que de normas internacionais” (p.9).

Logo, um acordo consensual e regulatório seria importante para que a sociedade empresarial saiba como transformar suas práticas. Clapp (2005) argumenta nesse sentido que

maior seria a legitimidade e os compromissos oficiais se tais ações fossem amparadas por um tratado internacional capaz de vislumbrar uma proposta mais abrangente.

Referências

ALIGLERI, L. M. ; ALIGLERI L. ; CAMARA, M. R. G. . Responsabilidade Social na Cadeia Logística: uma visão integrada para o incremento da competitividade. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacional, 2002, Recife-PE. **Anais...**, Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, maio, 2002. p. 1-15.

ALIGLERI, L. M.; SANTOS, S. A.; HOURNEAX, F.; KRUGLIANSKAS, I. Holismo na administração: a perspectiva da sustentabilidade. In: Seminários em Administração, 11, São Paulo: SP. **Anais...**, São Paulo: Universidade de São Paulo-FEA, agosto, 2008. p.1-16. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/530.pdf>. Acesso em: dez, 2008.

BARROS-PLATIAU, A. F. Novos atores, governança global e o direito internacional ambiental. In: CUREAU, S. (org.). Meio Ambiente. 1 ed. Belo Horizonte: Lastro, 2004, v. 1, p. 11-22. Disponível em: <http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/AnaFlaviaBarrosPlatiau_Novos_atores.pdf>. Acesso em: dezembro, 2008.

BARROS-PLATIAU, A. F. Os atores da governança ambiental à luz das novas configurações de poder. In: I Encontro Nacional ABRI, 2007, Brasília. I Encontro Nacional ABRI, 2007. Disponível em: <<http://agata.ucg.br/formularios/ucg/prope/ppg/adm/ArquivosUpload/24/File/Os%20atores%20da%20governana%20ambiental%20%20luz%20das%20novas%20configuraes%20de%20poder%20-%20Ana%20Flvia%20Barros.pdf>>. Acesso em: dezembro, 2008.

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília-DF, vol 47, n. 2, jul-dez 2004. p.100-130.

CLAPP, J. Global environmental governance for corporate responsibility and accountability. **Global Environmental Politics**, vol. 5, n.3, 2005. p.23-34.

EXAME. **Exame Maiores e Melhores 2007**. Revista Exame São Paulo: Ed. Abril, jul, 2008.

FERNANDEZ-ALLES, M. L.; VALLE-CABRERA, R. Reconciling institutional theory with organizational theories How neoinstitutionalism resolves five paradoxes. **Journal of Organizational Change Management**, Vol.19, n. 4, 2006, p.503-517.

GASPARINO, M. F. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: Encontro da ANPAD, 30, 2006, Salvador-BA, **Anais...**, Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, set. 2006. p 1-16.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, F. A. L.; GOMES, E. R. Desafios da governança e transparência na regulamentação técnica do comércio internacional de produtos agrícolas e industriais. In: Simpósio Internacional de Transparência nos Negócios, 2, 2008, Niterói-RJ, **Anais...**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, ago. 2008, p. 1-18.

GRI. Sobre a estrutura de relatórios da GRI. Global Reporting Initiative, 2002. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/FAQsPortuguese.htm>>. Acesso em: jun, 2008.

INSTITUTO ETHOS. **Critérios essenciais de responsabilidade social empresarial e seus mecanismos de indução**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006, p.15.

MENDONÇA, J. R.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Teoria Institucional e Gerenciamento de Impressões: em busca de legitimidade organizacional através do gerenciamento da imagem corporativa. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2, 2002, Recife. **Anais...**, Recife: Observatório da Realidade Organizacional: UFPE: ANPAD, maio 2002. p.1-15.

SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R. B. ; OZAWA, M. M. ; ALIGLERI, L. M. . A Contribuição da Teoria Institucional Para A Compreensão do Modelo de Gestão Socialmente Responsável Adotado Pelas Empresas Contemporâneas. In: X SEMEAD - Seminários em Administração FEA/USP, 2007, São Paulo -SP. **Anais...**, São Paulo: Universidade de São Paulo-FEA, ago. 2007. p.1-14.

VEIGA, J. P. C. Empresas multinacionais, trabalho e meio ambiente. Instituto Observatório Social – Projeto AMA. fev., 2007. Disponível em:

<<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=1222&Itemid=89>>. Acesso em: out., 2008.

NOTAS DE FINAL DE TEXTO

ⁱ **Externalidades**, também chamadas economias (ou deseconomias) externas, são efeitos positivos ou negativos - em termos de custos ou de benefícios - gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que estes tenham oportunidade de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. Portanto, externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão.

ⁱⁱ www.corporateregister.com

ⁱⁱⁱ www.globalreporting.org

^{iv} Usar o termo arranjo, na definição de Barros-Plataiu (2007, p.9) “é optar por um tipo mais efêmero de configuração do poder no qual atores permanecem unidos apenas se seus interesses forem convergentes”.

^v Fernandes-Alles e Valle-Cabrera (2006) definem isomorfismo como um conjunto de processos oriundos de inter-relacionamentos entre os contextos organizacionais e institucionais.

^{vi} A verificação externa é reconhecida a partir do símbolo “+” na frente do conceito.